



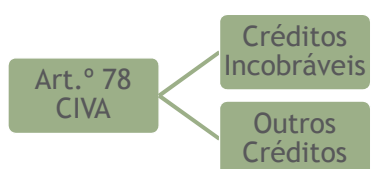
## Os Desafios das Regularizações do IVA nos casos de Mora e Incobrabilidade

18 de janeiro de 2019

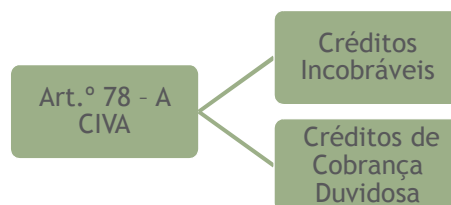
Andreia Lopes

### COEXISTÊNCIA DE DOIS REGIMES

Créditos que se venceram  
até 31/12/2012



Créditos vencidos a partir  
de 01/01/2013



 **VELOSO  
& ASSOCIADOS**  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

## CRÉDITOS INCOBRÁVEIS

VLP SROC 18-01-2019

**CRÉDITOS INCOBRÁVEIS**

 **VELOSO  
& ASSOCIADOS**  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



- Créditos vencidos e considerados incobráveis antes de 01/01/2013
- Créditos vencidos antes de 01/01/2013 e considerados incobráveis após aquela data
- Créditos vencidos e considerados incobráveis após 01/01/2013

## CRÉDITOS INCOBRÁVEIS

Vencimento do Crédito	Data da Incobrabilidade	Certificação de ROC	Prazo para efetuar a regularização
Até 31/12/2012	Antes de 31/12/2012	NÃO	4 anos a contar do facto que determinou a incobrabilidade (n.º 2 do artigo 98.º)
	A partir de 01/01/2013	SIM	4 anos a contar do facto que determinou a incobrabilidade (n.º 2 do artigo 98.º)
A partir de 01/01/2013	A partir de 01/01/2013	SIM	2 anos, a contar do 1.º dia do ano civil seguinte (n.º 3 do artigo 78.º-B)

## CRÉDITOS INCOBRÁVEIS



✓ Enquadramento Legal: Art.º 78 n.º7 “podem deduzir o imposto respeitante a créditos considerados incobráveis:”

Em Processo de Execução	Em Processo Insolvência	Em PER	No SIREVE
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Após o registo a que se refere a alínea b) do n.º 2 do Art.º 717 do C. Processo Civil, ou seja, após o registo informático da execução finda - “Extinção da execução por não terem sido encontrados bens penhoráveis...”</li> <li>• Esta informação pode ser obtida via Certidão do Agente de Execução ou por consulta no portal CITIUS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Se carater Limitado:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Após certidão do tribunal com menção à data do <u>trânsito em julgado da sentença de insolvência</u>, mencionando expressamente o carater limitado da mesma</li> </ul> </li> <li>• Se carater Pleno:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Após certidão do tribunal com menção à data do <u>trânsito em julgado da sentença de verificação e graduação de créditos; OU</u></li> <li>• Homologação da Deliberação da Assembleia de Credores, caso seja aprovado plano de Recuperação</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Após homologação do plano de recuperação pelo juiz</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Após celebração do Acordo</li> </ul>

## CRÉDITOS INCOBRÁVEIS



Créditos vencidos antes de 01/01/2013 e considerados incobráveis após aquela data

✓ Obrigação Certificação ROC: Art.º 78 nº 9 e 10

- “o valor global dos créditos, o valor global do imposto a deduzir, a realização de diligências de cobrança e o insucesso devem encontrar-se documentalmente comprovados e ser certificados por ROC, devendo este certificar ainda que se encontram verificados os requisitos legais do nº7”.
- “A certificação deve ser efetuada por cada um dos períodos em que foi feita a regularização e até ao termo do prazo estabelecido para a entrega da declaração periódica ou até à data de entrega da mesma, quando esta ocorra fora do prazo”.

## CRÉDITOS INCOBRÁVEIS



Créditos vencidos antes de 01/01/2013 e considerados incobráveis após aquela data

✓ Obrigação de Comunicação ao Devedor: Art.º 78 nº11 “no caso previsto no nº7 é comunicada ao adquirente que seja sujeito passivo de imposto, a anulação total ou parcial do imposto (...)”

- A comunicação deve identificar:
  - i. As faturas
  - ii. O montante do crédito
  - iii. O montante de imposto a regularizar
  - iv. O processo ou acordo em causa
  - v. O período em que a regularização é efetuada
- No caso dos processos de Insolvência a comunicação será feita na pessoa do Administrador de Insolvência
- Em caso de devolução das comunicações, considerar notificado após envio da segunda comunicação, podendo avançar-se para a regularização.



## CRÉDITOS INCOBRÁVEIS



Créditos vencidos antes de 01/01/2013 e considerados incobráveis após aquela data

Atenção: Operadores do Artº 9 e não do Artº 53, pois a isenção refere-se à atividade e não ao VW

✓ Situações previstas no Art.º 78 nº8 “podem igualmente deduzir o imposto respeitante a Outros Créditos.”

1. Sendo o devedor um particular ou sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não confirmam direito à dedução:
  - valor do crédito < 750€ com IVA incluído, e a mora > 6 meses;
  - 750€ < valor do crédito < 8.000 com IVA incluído, e tenha havido aposição de fórmula executória em processo de injunção ou reconhecimento em ação de condenação;
  - 750€ < valor do crédito < 8.000 com IVA incluído, e o devedor conste da lista de acesso público de execuções extintas por não terem sido encontrados bens penhoráveis no momento da dedução
2. Sendo o devedor SP com direito à dedução:
  - Créditos < 6.000€ com IVA incluído, e tenham sido reconhecidos em ação de condenação ou reclamados em processo de execução e o devedor tenha sido citado editalmente

## CRÉDITOS INCOBRÁVEIS



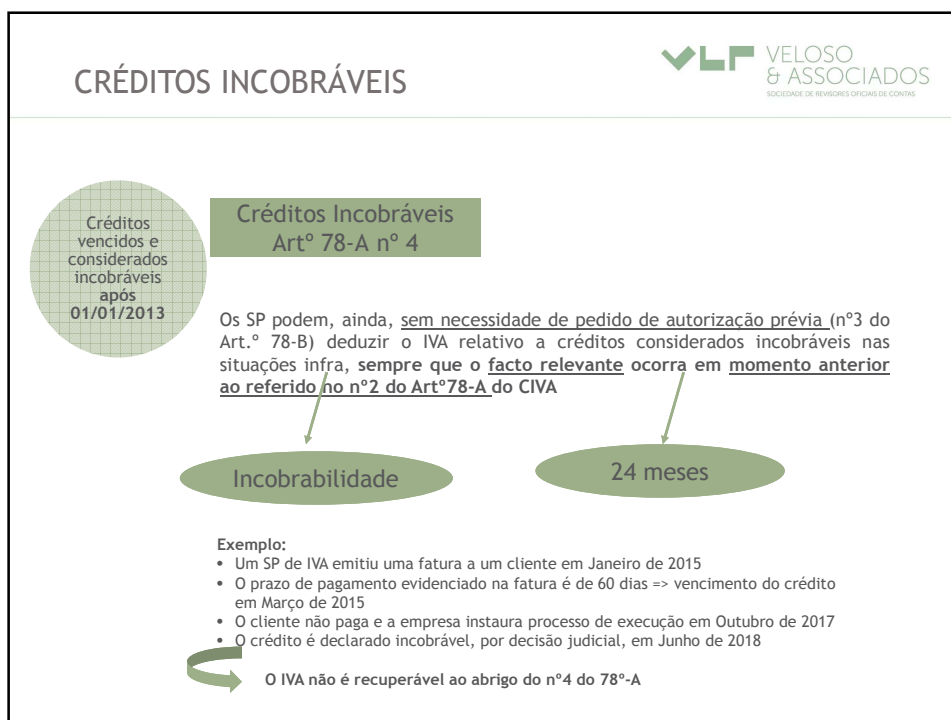
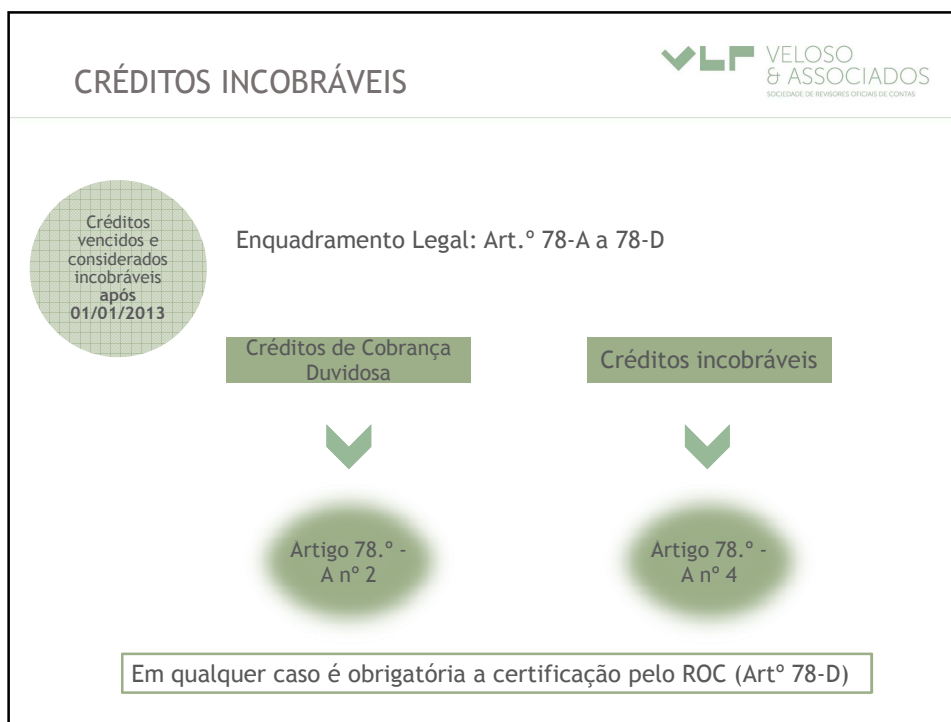
Créditos vencidos antes de 01/01/2013 e considerados incobráveis após aquela data

✓ Situações previstas no Art.º 78 nº8

3. Também nestes casos deverão ser certificados pelo ROC:
  - valor global dos créditos;
  - o valor global do imposto a deduzir;
  - a realização de diligências de cobrança e o insucesso das mesmas



4. Estabelece o nº 17 que os SP não podem utilizar os mecanismos simplificados do nº8, quando estejam em causa transmissões de bens ou PS cujo adquirente ou destinatário constasse, no momento da realização da operação, da lista de acesso público de execuções extintas por não terem sido encontrados bens penhoráveis





VELOSO  
& ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS


## CRÉDITOS INCOBRÁVEIS

Créditos vencidos e considerados incobráveis após 01/01/2013

**Créditos Incobráveis**  
**Artº 78-A nº 4**

Os SP podem, ainda, sem necessidade de pedido de autorização prévia (nº3 do Art.º 78-B) deduzir o IVA relativo a créditos considerados incobráveis nas situações infra, sempre que o facto relevante ocorra em momento anterior ao referido no nº2 do Artº78-A do CIVA:

Em Processo de Execução	Em Processo Insolvência	Em PER	No RERE
<ul style="list-style-type: none"> <li>Após o registo informático da execução finda: <i>"Extinção da execução por não terem sido encontrados bens penhoráveis..."</i></li> <li>Esta informação pode ser obtida via Certidão do Agente de Execução ou por consulta no CITIUS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Se carater Limitado:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Após certidão do tribunal com menção à data do trânsito em julgado da sentença de insolvência, mencionando expressamente o carater limitado da mesma; OU após sentença de encerramento do processo por insuficiência de bens</li> </ul> </li> <li><b>Se carater Pleno:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Após a realização do rateio final do qual resulte o não pagamento definitivo do crédito</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Após homologação do plano de recuperação pelo juiz que preveja o não pagamento definitivo do crédito</li> <li>Existindo plano de recuperação envolvendo um plano de pagamentos com perdão de dívida, <u>só é possível regularizar o IVA na parte perdoada</u> (Ofício-circulado nº 30161/2014)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quando for celebrado e depositado na Conservatória do Registo Comercial acordo sujeito ao Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) que cumpra com o disposto no n.º 3 do artigo 27.º do RERE e do qual resulte o não pagamento definitivo do crédito.</li> </ul>



VELOSO  
& ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

## CRÉDITOS INCOBRÁVEIS

Créditos vencidos e considerados incobráveis após 01/01/2013

**Créditos Incobráveis**  
**Artº 78-A nº 6**

**Não são considerados créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa:**

- ✓ Os créditos cobertos por seguro, com exceção da importância correspondente à percentagem de descoberto obrigatório, ou por qualquer espécie de garantia real;
- ✓ Os créditos sobre pessoas singulares ou coletivas com as quais o SP esteja em situação de relações especiais nos termos do nº4 do Artº63 do CIRC;
- ✓ Os créditos em que, no momento da realização da operação, o devedor conste da lista de acesso público de execuções extintas por insuficiência de bens penhoráveis ou tenha sido declarado falido ou insolvente em processo judicial anterior;
- ✓ Os créditos sobre o Estado, as regiões autónomas e autarquias locais.

Empresas Municipais? IPSS's?

## CRÉDITOS INCOBRÁVEIS



Créditos  
vencidos e  
considerados  
incobráveis  
após  
01/01/2013

### Créditos Incobráveis Artº 78-A nº 7

Se ocorrer a transmissão da titularidade dos créditos, os SP perdem o direito à dedução



O nº8 de Art.º78-A estabelece que, nos casos em que se verifique a transmissão da titularidade de créditos de cobrança duvidosa após ter sido efetuada a dedução do IVA a favor do SP, este deve proceder à correspondente regularização do imposto a favor do Estado.

## CRÉDITOS INCOBRÁVEIS



Créditos  
vencidos e  
considerados  
incobráveis  
após  
01/01/2013

### Créditos Incobráveis Artº 78-B nº 9


✓ Obrigação de Comunicação ao Devedor: Art.º 78-B nº9 “*nos casos previstos no nº4 é comunicada ao adquirente que seja sujeito passivo de imposto, a anulação total ou parcial do imposto (...)*”

- A comunicação deve identificar:
  - i. As faturas
  - ii. O montante do crédito
  - iii. O montante de imposto a regularizar
  - iv. O processo ou acordo em causa
  - v. O período em que a regularização é efetuada
- No caso dos processos de Insolvência a comunicação será feita na pessoa do Administrador de Insolvência
- Em caso de devolução das comunicações, considera-se notificado após envio da segunda comunicação, podendo avançar-se para a regularização.



# COBRANÇA DUVIDOSA

VLP SROC 18-01-2019



## CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA


Créditos vencidos e considerados incobráveis após 01/01/2013

Créditos de Cobrança Duvidosa Artº 78-A nº 2 a)


*“Os sujeitos passivos podem deduzir o imposto respeitante a créditos considerados de cobrança duvidosa, evidenciados como tal na contabilidade, sem prejuízo do disposto no artigo 78.º-D.”*


Consideram-se de cobrança duvidosa aqueles que apresentem um risco de incobrabilidade devidamente justificado, o que se considera nos seguintes casos:

- O crédito esteja em mora há mais de 24 meses desde a data do respetivo vencimento, existam provas objetivas de imparidade e tenham sido efetuadas diligências para o seu recebimento
- O crédito esteja em mora há mais de 6 meses desde a data do respetivo vencimento, o valor não seja superior a 750€ IVA incluído, e o devedor seja particular ou SP que realize exclusivamente operações isentas que não confirmam direto à dedução

 A dedução nestes casos é efetuada sem necessidade de pedido de autorização prévia (nº3 do Art.º78-B)

## CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA

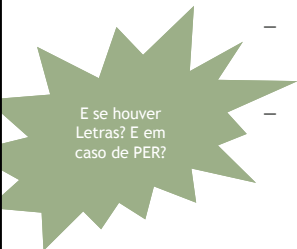




**Créditos de Cobrança Duvidosa Artº 78-A nº 2 a)**


Para este efeito (n.º 3 do artigo 78.º-A do CIVA), considera-se que o vencimento do crédito ocorre:


- na data prevista no contrato celebrado entre o sujeito passivo e o adquirente, ou
- na ausência de prazo certo, após a interpelação prevista no artigo 805.º do Código Civil (ver diapositivo seguinte).



E se houver Letras? E em caso de PER?

## CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA





**Créditos de Cobrança Duvidosa Artº 78-A nº 2 a)**

Artigo 805.º do Código Civil: Momento da constituição em mora

1. O devedor só fica constituído em mora depois de ter sido judicial ou extrajudicialmente interpelado para cumprir.
2. Há, porém, mora do devedor, independentemente de interpelação:
  - a) Se a obrigação tiver prazo certo;
  - b) Se a obrigação provier de facto ilícito;
  - c) Se o próprio devedor impedir a interpelação, considerando-se interpelado, neste caso, na data em que normalmente o teria sido.

## CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA



Créditos vencidos e considerados incobráveis após 01/01/2013

### Créditos de Cobrança Duvidosa Artº 78-A nº 2 a)

#### Prazo para a dedução:

A dedução do IVA associado a estes créditos é efetuada mediante pedido de autorização prévia, a apresentar, por via eletrónica através do portal, no prazo de seis meses contados a partir da data em que os créditos sejam considerados de cobrança duvidosa (nº1 do Art.º78-B), previamente certificado por ROC.

#### Exemplo:

Suponhamos um crédito que esteja em mora há 35 meses, mas apenas agora o credor o tenha considerado de cobrança duvidosa após as diligências para cobrar, parece reunir os requisitos para a sua regularização, dispondo de seis meses para o efeito a conta deste momento.

**Limitação:** No pedido de autorização prévio efetuado no portal das finanças esta regularização não seria aceite, uma vez que o portal efetua automaticamente o seguinte cálculo: data de vencimento da fatura + 24 meses + 6 meses e se ultrapassar esse prazo não admite a regularização.



#### Alternativa: Pedido de Autorização Prévia Oficiosa

## CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA



Créditos vencidos e considerados incobráveis após 01/01/2013

### Créditos de Cobrança Duvidosa Artº 78-A nº 2 a)

#### Apreciação AT:

O pedido de autorização prévia deve ser apreciado pela AT no prazo máximo de 8 meses. Não sendo notificada decisão expressa neste prazo:

Créditos < 150.000€, com IVA incluído, por fatura => Deferimento tácito

Créditos >= 150.000€, com IVA incluído => Indeferimento tácito

É tácito, mas tenho que esperar na mesma os 8 meses

A apresentação de um pedido de autorização prévia determina a notificação do adquirente pela AT, por via eletrónica, para que efetue a correspondente retificação, a favor do Estado, da dedução inicialmente efetuada (nº5 do Art.º78-B)

## CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA



Créditos  
vencidos e  
considerados  
incobráveis  
após  
01/01/2013

Créditos de Cobrança  
Duvidosa Artº 78-A nº 2 b)

b. O crédito esteja em mora há mais de 6 meses desde a data do respetivo vencimento, o valor não seja superior a 750€ IVA incluído, e o devedor seja particular ou SP que realize exclusivamente operações isentas que não confirmem direito à dedução



A dedução nestes casos é efetuada sem necessidade de pedido de autorização prévia (nº3 do Art.º78-B)

## CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA




Créditos  
vencidos e  
considerados  
incobráveis  
após  
01/01/2013

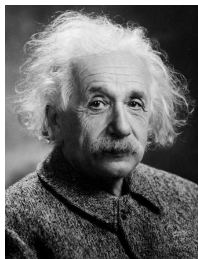
Créditos de Cobrança  
Duvidosa Artº 78-A nº 2 b)

**Documentação de Suporte:**

- As regularizações a favor do SP têm de ser documentalmente comprovadas, mediante a identificação:
  - ✓ das faturas
  - ✓ a identificação do adquirente
  - ✓ o valor da fatura e o imposto liquidado
  - ✓ a realização de diligências e o insucesso, total ou parcial
- A certificação deve ser efetuada para cada um dos documentos e períodos a que se refere a regularização e até à entrega do correspondente pedido, sob pena do pedido de autorização prévia não se considerar apresentado.




VELOSO  
& ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



“A felicidade não se resume na ausência de problemas,  
mas sim na sua capacidade de lidar com eles.”

- Albert Einstein -



VELOSO  
& ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

VELOSO & ASSOCIADOS - SROC, LDA  
AV. DA LIBERDADE, 682, 1.º FUR. | 4710-249 BRAGA  
T. 253 272 180 | GERAL@VAPPT.  
WWW.VAPPT.